

As gerações futuras como sujeito de direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: o acesso à informação como base para uma consciência intergeracional

Lucivaldo Vasconcelos Barros* e Felício Pontes Jr.**

Resumo

Analisa questões a serem enfrentadas pelo Direito no processo de reconhecimento das gerações futuras como sujeito de direitos e o papel do direito de acesso à informação ambiental como instrumento de promoção da sustentabilidade ambiental intergeracional. Tem como objetivo aprofundar a discussão sobre a mudança sistêmica e profunda, com a quebra de paradigmas sociais, éticos e jurídicos, tendentes a construir um comportamento voltado para a preservação e para a sustentabilidade. Utiliza como método a pesquisa bibliográfica e uma breve pesquisa documental na legislação e documentos normativos nacionais e internacionais sobre os temas. Identifica com uma razoável clareza, em termos de resultados, a possibilidade de o Direito pátrio reconhecer as futuras gerações como sujeitos de direitos.

Palavras-chave: direito das gerações futuras. Desenvolvimento sustentável. Direito à informação. Informação ambiental. Consciência intergeracional.

1 Introdução

A população atual deixou de usufruir muitos benefícios proporcionados pela Natureza em épocas anteriores e, ao que tudo indica, cada geração vai deixando menos recursos para as próximas. Quem de nós, por exemplo, já não ouviu de seus antepassados histórias sobre rios, florestas e animais que hoje já não existem mais? E assim o mundo se vê numa encruzilhada onde todos os povos e seres já sentem

as consequências ambientais da exploração insana do Planeta, desnaturalizando e desvinculando o ser humano como segmento pertencente a uma teia muito superior a seus anseios individuais enquanto espécie.

Esses impactos levaram, em 2009, a Comissão Internacional de Estratigrafia, subcomitê da União Internacional de Ciências Geológicas, a se reunir para debater se entramos em uma nova era geológica. Ou seja, os cientistas precisavam definir se o *Holoceno*, que começou há 11.700, foi substituído pelo *Antropoceno*.

A conclusão se deu em 2016 e foi quase unânime. Os cientistas definiram que a década de 1950 foi o marco de uma nova era geológica — o *Antropoceno*. Eles estimam que os fósseis mais visíveis serão os restos de plásticos nos mares, nos estômagos de peixes e aves (Rodríguez Garavito, 2017, p. 11).

Os erros do passado devem servir de aprendizado para projetar um futuro melhor e mais limpo para as gerações vindouras e entender que o homem, inevitavelmente envolto por laços de interdependência com os demais seres existentes no grande cosmo, é apenas uma pequena parte da dinâmica maior a figurar na plenitude.

Sob o ponto de vista da reparação, não é possível trazer de volta algumas espécies que viveram outrora, ou mesmo recuperar alguns recursos ambientais como eram na sua forma original, mas é perfeitamente factível recompor, mitigar ou compensar parcela das ações antrópicas provocadoras de danos ambientais.

Se de um lado a falta de uma consciência integradora e intergeracional fez surgir uma vertente antropocêntrica utilitária, de outro veio a necessidade de impor limites éticos e ecológicos a essa ação humana que desnaturaliza o sentido de vida em cadeia, para afastar a humanidade de um risco maior onde leve o próprio fim do ser humano.

Na visão de Silva-Sanchez (2010, p. 25), a imposição de limites para essa problemática só pode evoluir com “emergência de novos sujeitos de direito, até então desprovidos de um estatuto de direitos”. Ainda segundo a autora,

* Professor associado da Universidade Federal do Pará – UFPA. Pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade do Porto (Portugal). Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília – UnB. Analista do Ministério Público da União – MPU – especialidade Biblioteconomia. Assessor especial de estudos e pesquisa jurídica da Procuradoria da República no Estado do Pará – PR-PA. Bacharel em Direito pela Universidade da Amazônia – Unama. Bacharel em Biblioteconomia pela UFPA.

** Procurador regional da República. Autor de várias Ações Civis Públicas (ACPs) em favor de povos e comunidades tradicionais. Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Exerceu a docência na Universidade da Amazônia – Unama.

[...] são sujeitos de direitos dos quais não se pode exigir deveres; o que há de novo nesta abordagem é a temporalidade da formulação desses novos direitos, ou seja, é a perspectiva do tempo futuro [...] (p. 26).

E conclui afirmando que as gerações futuras, isto é, aquelas constituídas por seres que ainda estão por vir, não podem, no presente, decidir ou intervir. Daí a necessidade de a geração atual reconhecer, legitimar, assegurar e proteger o usufruto de tais direitos, qual seja, o meio ambiente equilibrado, de qualidade e saudável.

Contudo, o alcance de um futuro sustentável está no fomento da importância do meio ambiente e na incorporação de uma consciência que permita aos membros de uma comunidade se identificarem com a busca de um propósito de mudança, aprendendo com seus próprios erros e desenvolvendo suas capacidades de organização, integração e solidariedade para enfrentar os obstáculos encontrados.

E uma das formas de cada geração adquirir essa consciência se dá por meio do acesso a informações necessárias à tomada de decisões, na busca de um meio ambiente equilibrado para todos.

2 Crise planetária e sustentabilidade ambiental: passado, presente e futuro

A modernidade significou a emergência do sujeito autônomo diante das determinações da natureza e da sociedade. O sujeito deixou de sentir-se integrante da natureza para posicionar-se autonomamente em relação a ela. Para Schiocchet e Liedke (2012, p. 114), é

[...] imprescindível apontar para uma nova maneira de viver e pensar, deixando de conceber a natureza unicamente como recurso a ser explorado e o ser humano como ser supremo diante de todos os outros seres vivos; adotar uma concepção mais holística, que veja o ser humano como parte da natureza, participante de uma comunidade de seres vivos inter-relacionados [...].

O Relatório Meadows apresentado em 1968 pelo Clube de Roma deu início a um amplo debate sobre o esgotamento dos recursos ambientais do Planeta. Em linhas gerais, o documento concluiu que o crescimento exponencial da economia moderna sucederia, num curto espaço de tempo, e como consequência inevitável, uma catástrofe sem precedentes, colocando em risco a perpetuação da vida dos seres que habitam a Terra.

De acordo com Mota (2001), a entidade “Clube de Roma”, na ocasião liderada por Aurelio Peccei e Alexander King, com apoio de cientistas de diferentes áreas, foi criada para propor um modelo de análise planetária futura, a partir da reunião de dados sobre população, alimentos, recursos naturais, produção e poluição.

A análise minuciosa do relatório foi publicada em 1972 pelo cientista norte-americano Dennis Meadows em parceria com seus colaboradores, no livro “Os limites do crescimento”. O consumo voraz de recursos e a emissão desenfreada de poluentes colocariam em xeque a sobrevivência da humanidade. Além de propor o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial, Meadows (1997) mostrou a realidade dos recursos limitados e rediscutiu a velha tese malthusiana acerca do perigo de crescimento descontrolado da população mundial.

No marco dessa reflexão, destacou-se também, nesse mesmo ano, na Suécia, a realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente no âmbito internacional, mais conhecida como Conferência de Estocolmo ou simplesmente “Estocolmo 72”. A edição do evento impulsionou as nações a estruturar seus órgãos de controle do meio ambiente, incentivando os países a estabelecer suas legislações relacionadas ao controle da qualidade ambiental.

Tais discussões polarizaram o embate sobre desenvolvimento econômico *versus* preservação ambiental, como um problema eminentemente sério e de resultados trágicos para a humanidade. Na mesma linha de orientação, McCormick (1992) corrobora, aduzindo que a revolução ambientalista, permeada entre os anos de 1962 e 1970, foi impulsionada particularmente por seis fatores: 1) os efeitos da sociedade afluyente; 2) a era dos testes nucleares; 3) o livro “A primavera silenciosa” (*Silent Spring*), relatando os efeitos nocivos da má utilização de pesticidas e inseticidas químicos à base de Diclorodifeniltricloreto (DDT); 4) uma série de desastres ambientais bastante divulgados; 5) avanços nos conhecimentos científicos; e 6) a influência de outros movimentos sociais.

Diante de tudo isso, Schiocchet e Liedke (2012, p. 112) alertam:

O mito do progresso hoje desmorona. Todas as ameaças à humanidade têm pelo menos uma de suas causas no desenvolvimento das ciências e técnicas (ameaça de armas de aniquilamento,

ameaças ecológicas à biosfera, ameaça de explosão demográfica, etc.). Isso, talvez, em virtude do pensamento mecanicista parcelar que, na forma tecnocrática e econocrática, percebe apenas a causalidade mecânica, quando tudo obedece cada vez mais à causalidade complexa.

Surge então uma nova consciência e um conceito começa a dominar as discussões em curso, identificada pelo termo “desenvolvimento sustentável”, passando a permear e integrar o debate sobre a crise ambiental planetária. Entretanto, cabe ressaltar que, ao longo das reflexões, essa conceituação experimentou várias feições, evoluindo com o emprego de diversos vocábulos, como “crescimento econômico”, “desenvolvimento econômico”, “crescimento zero”, “desenvolvimento sustentável”, “ecodesenvolvimento”, “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade ambiental”.

A palavra crescimento zero apareceu por volta de 1968, com a criação do Clube de Roma, como reação dos conservacionistas dos países ricos que defendiam uma taxa zero de crescimento econômico das nações em desenvolvimento. Como dito antes, o Relatório desse trabalho foi apresentado por Meadows, em 1972. Já a expressão ecodesenvolvimento foi utilizada pela primeira vez em 1973 por Maurice Strong, secretário-geral da Estocolmo 72 e difundido conceitualmente por Ignacy Sachs, a partir de 1974. A ideia de desenvolvimento sustentável foi primeiramente divulgada por Robert Allen no artigo “Como salvar o mundo” (*How to save the world*), em 1980. Mais tarde, em 1987, o termo foi amplamente divulgado no Relatório Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*) ou Relatório Brundtland, referência à primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, chefe da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) na época (Brundtland, 1998; Nobre; Amazonas, 2002; Herculano, 2006; Mota, 2001; Camargo, 2003; Montibeller Filho, 1993).

Em linhas gerais, o desenvolvimento sustentável procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Em sua obra “Caminhos para o desenvolvimento sustentável”, Sachs (2000) aponta algumas dimensões que integram o conceito “desenvolvimento sustentável”: dimensão ecológica, dimensão social, dimensão econômica, dimensão ambiental, dimensão territorial, dimensão cultural, dimensão ética, política e institucional.

Atualmente há um consenso de que o conceito de sustentabilidade ambiental vem sendo incorporado cada vez mais pela sociedade e a vertente ambiental mostra a sua face de dependência e inter-relação com as outras dimensões.

Já se conhece o passado e suas consequências estão sendo vividas pela sociedade atual, mas qual será nosso futuro? Zulauf (2000, p. 86) faz algumas ponderações:

O meio ambiente é o endereço do futuro para o qual haverá a maior convergência de demandas entre todas. Não é necessário realizar estudos muito profundos para se concluir que a qualidade da água se encontra fortemente ameaçada; que o clima tende a se transformar no próximo século por conta do efeito estufa e da redução da camada de ozônio e que a biodiversidade tende a se reduzir, empobrecendo o patrimônio genético, justamente quando a ciência demonstra a cada dia o monumental manancial de recursos para o desenvolvimento científico que a natureza alberga.

Como afirmam Schiocchet e Liedke (2012, p. 125), “na sociedade do risco global todos os membros encontram-se expostos a riscos globais, em virtude do desenvolvimento tecnológico, das relações de mercado, das manipulações genéticas, da exploração da biodiversidade, entre outros”. E concluem: “Nesse contexto, a proteção jurídica eficaz ao ambiente é submetida a condições de risco reforçadas pelo anonimato, imprevisibilidade e precariedade nas bases de informação para qualquer tomada de decisão”.

Para Beck (1996), o homem é testemunha ocular — sujeito e objeto — de uma ruptura sobrevinda ao interior de uma modernidade que se emancipa dos contornos da sociedade industrial clássica para adotar uma nova forma, sem dispormos, no entanto, de mecanismos eficazes de previsão e prevenção de riscos, de compensação econômica e de responsabilização por danos. É a face da sociedade de risco (*Risikogesellschaft*), como aquela nascida logo após o período industrial clássico e marcada pela conscientização acerca do esgotamento do modelo de produção, em que são visíveis e permanentes os riscos, desastres e catástrofes, somando-se a isso o uso ilimitado e irracional dos recursos ambientais, em escala exponencial, conduzindo o mundo para uma situação de constante perigo.

Não há dúvida que o mundo mudou e está diferente, em alguns aspectos melhor, e, em outros, precisando avançar. Há limitações humanas em

concretizar muitos dos compromissos assumidos, mas, de certo modo, tem-se hoje uma razoável consciência coletiva dos problemas que nos afligem e do que se pode fazer, basta para isso a mobilização e a ação. Existem condições tecnológicas e uma ética necessária para desviar o caminho da humanidade da rota de colisão e reparar os efeitos da irresponsabilidade coletiva do passado, de raízes históricas e culturais dessa mesma humanidade.

3 As gerações futuras como sujeito de direitos ambientais

A visão antropocêntrica predominantemente arraigada no debate ambiental ainda resiste ao tempo, com pequenos avanços paradigmáticos ao longo da história. O direito do homem subjuga os direitos dos demais seres que compõem o Universo, como se o ser humano pudesse sobreviver sozinho, sem a necessária relação simbiótica de interdependência entre os organismos vivos e não vivos.

Muitas reflexões e questionamentos foram lançados no passado, em diversos contextos espaço-temporais no curso histórico da humanidade, como por exemplo: os povos indígenas são titulares de direito? A mulher tem direito ao voto ou ao trabalho? O escravo tem o mesmo direito do branco? Os animais silvestres têm direitos? As jazidas minerais possuem algum tipo de importância para os animais vivos? À floresta pode ser atribuído o desígnio de sujeito de direitos?

E Schiocchet e Liedke (2012, p. 115) fazem hoje idêntico questionamento:

[...] quando se fala em proteção jurídica das futuras gerações, devemos nos questionar: afinal, de que gerações se estão a tratar? Apenas de seres humanos ou futuras gerações de seres vivos num sentido mais amplo ou holístico? Talvez fosse a ocasião oportuna de considerar a natureza no seu sentido mais amplo como bem jurídico e objeto de imputação também no que se refere à proteção futura [...].

Afinal, dizem as autoras, sempre que se põe em debate a proteção à vida e ao ecossistema, na sua forma mais ampla, “a questão da proteção das futuras gerações, ainda que implicitamente, está sempre presente” (p. 121).

O mesmo cuidado em assegurar o direito a uma pessoa que está vivendo o presente deve ser dado a uma pessoa que pode vir a nascer amanhã. Ora, se na nossa cultura é costume (e direito também) o cuidado

com os bebês que ainda estão no ventre das mães, assim como o respeito ao planejamento familiar dos que pretendem ter filhos no futuro, então se não forem consideradas essas preocupações, sonhos e desejos, que sentido teriam todo o cuidado com o meio ambiente?

Não se imaginava que a discussão acerca da natureza, enquanto sujeito de direitos, fosse colocada sobre a mesa. A primeira tese versando a respeito dos “direitos da Natureza” foi remonta ao ano de 1972, quando foi publicado o artigo “Should Trees Have Standing?”, do professor Christopher Stone. Desde então, intensificaram-se debates entre juristas, teólogos, filósofos, sociólogos no sentido de admitir a Natureza como sujeito de direitos.

Hoje, o reconhecimento e a influência da publicação se encontram estampados em diversas legislações municipais do Estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos, até mesmo na Convenção sobre a Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro em 1992 e promulgada no Brasil pelo Decreto 2.519, de 16 de março de 1998.

Da mesma forma, na Constituição do Equador também é possível encontrar identificadores desses elementos, quando declara em seu art. 71 que

[...] a Natureza ou Pacha Mama, onde se reproduz e realiza a vida, tem direito a que se respeite integralmente sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos [...].

Diz ainda a Carta Equatoriana que “toda pessoa, comunidade, povo ou nacionalidade poderá exigir à autoridade pública o cumprimento dos direitos da Natureza”.

E Gudynas (2010) arremata:

A nova Constituição reconheceu pela primeira vez os direitos da Natureza, definidos como o ‘o direito em que se respeita integralmente sua existência, manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos’ (art. 71). É a primeira vez que se inclui esta perspectiva em um texto constitucional, pelo menos no hemisfério ocidental.

Mas segundo Silva e Dal Medico (2016, p. 141), no capítulo ambiental esculpido na Constituição brasileira, reside também a garantia a um direito ecológico intergeracional:

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, prevê o direito não só das presentes como das futuras gerações com relação ao meio ambiente, aludindo que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se a todos o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nesse contexto, afirmam Schiocchet e Liedke, (2012, p. 110), é imprescindível considerar que, por um lado,

[...] há a previsão constitucional e instrumentos internacionais que asseguram o 'direito das gerações futuras' e, por outro lado, as forças e fluxos econômicos que atuam de forma global, bem como as estratégias de poder que são exercidas sobre as diferentes esferas da vida, numa perspectiva não antropocêntrica [...].

E o avanço de mentalidade em relação à proteção dos animais seguiu essa tendência, como assevera Dias (2005):

O animal como sujeito de direitos já é concebido por grande parte de doutrinadores jurídicos de todo o mundo. Um dos argumentos mais comuns para a defesa desta concepção é o de que, assim como as pessoas jurídicas ou morais possuem direitos de personalidade reconhecidos desde o momento em que registram seus atos constitutivos em órgão competente, e podem comparecer em Juízo para pleitear esses direitos, também os animais tornassem sujeitos de direitos subjetivos por força das leis que os protegem. Embora não tenham capacidade de comparecer em Juízo para pleiteá-los, o Poder Público e a coletividade receberam a incumbência constitucional de sua proteção.

Assim, com a paulatina inclusão de algumas categorias de seres no rol de titulares de direito, a humanidade caminha para o reconhecimento das gerações futuras como sujeito de direitos. A visão antropocêntrica utilitária vai perdendo seu fundamento, dando lugar a novas interpretações, onde a proteção da natureza ganha considerável incremento em face dos acontecimentos nocivos e quase irreversíveis provocados pela sociedade pós-industrial.

Isso significa dizer que os humanos não podem mais submeter os recursos da natureza a uma exploração ilimitada, sob pena de deixar aos que ainda virão um verdadeiro caos planetário, sem as mínimas condições de habitabilidade.

Chegará então o dia em que as gerações futuras serão reconhecidas como sujeito de direitos? Haverá um dia ainda neste século XXI ou no vindouro século XXII em que os livros escolares esculpirão em suas páginas que o ar puro deixou de ser coisa de ninguém (*res nullius*), para tornar coisa comum a todos (*res communis omnium*)?

É o que preleciona Silva-Sanchez (2010, p. 31) quando afirma

[...] os direitos ambientais, que têm necessariamente esse caráter coletivo e transcendem a singularidade do indivíduo, dizem respeito à noção de *res communis omnium*, e por isso têm traços fortemente democráticos [...].

Leite e Ayala (2001, p. 67), ao desconstruir a impregnada visão antropocêntrica arraigada em nossa cultura, destacam:

Hoje a defesa do meio ambiente está relacionada a um interesse intergeracional e com necessidade de um desenvolvimento sustentável, destinado a preservar os recursos naturais para as gerações futuras, fazendo com que a proteção antropocêntrica do passado perca fôlego, pois está em jogo não apenas o interesse da geração atual.

Nesta mesma linha de orientação, Nash, Fox e Serres *apud* Diegues (1996, p. 35) também advogaram a tese de que tudo que há no mundo natural, independentemente da utilidade dada pelo homem, deve ter iguais direitos.

De outro lado, Furtado (2004, p. 151) expõe que a velha doutrina antropocêntrica, de caráter e interesse utilitário, pode ser sintetizada como uma visão relacional do homem com a natureza que

[...] nega o valor intrínseco do meio ambiente e dos recursos naturais, o que resulta na criação de uma hierarquia na qual a humanidade detém posição de superioridade, acima e separada dos demais membros da comunidade natural [...].

Em essência, opina Bosselmann (2001, p. 42), a visão antropocêntrica utilitária do Direito Ambiental subjuga todas as outras necessidades, interesses e valores da natureza em favor daqueles relativos à humanidade. As vítimas da degradação, em última instância, serão sempre os seres humanos e não o meio ambiente.

No dizer de McCormick (1992), a compreensão sobre o ambiente natural emergiu de pesquisas concebidas nos séculos XVIII e XIX, afetando

profundamente a visão do homem quanto a seu lugar na Natureza. O domínio sobre o meio ambiente era visto como essencial para o progresso e para sobrevivência da raça humana. Mas uma “consciência biocêntrica” foi surgindo gradualmente, ao reforçar o restabelecimento do sentido de inter-relação entre o homem e a natureza e a aceitação de uma responsabilidade moral voltada à proteção ambiental contra os abusos.

Para o naturalista britânico Charles Robert Darwin, em seus escritos sobre a evolução da vida, o homem é parte integrante de todas as outras espécies e que, por sua própria conta e risco, havia se distanciado da Natureza. Os estudos do cientista forneceram um estímulo importante para afirmação desse ponto de vista (PONTES JR.; BARROS, 2015).

Na visão de Serres (1990), cunhada em uma de suas obras clássicas, o mundo atual precisa de uma sociedade que leve em consideração a Natureza, como um mecanismo de garantia da sustentabilidade da vida. Agora, segundo ele, é preciso não apenas um “Contrato Social” na forma como foi concebido por Rousseau (2000), mas um “Contrato Natural” que resgate a solidariedade e a relação homem com a Natureza. Para o pensador e filósofo francês Michel Serres, a economia deve se preocupar com o meio ambiente de forma sustentável, pois é da Natureza que advém todos os insumos para sustentar o moderno modo de vida.

Também é esse o sentimento de Polany (1988), ao afirmar que a Terra e as instituições humanas estão entrelaçadas. Para ele, do ponto de vista da economia de mercado essa separação talvez até seja possível, mas a função econômica é apenas uma entre as muitas funções da Terra.

Mas a questão da proteção das gerações futuras

[...] está diretamente vinculada com a aplicação do princípio da precaução, conforme já se assinalou, num contexto em que a ciência perde o monopólio da verdade e revela-se insuficiente diante dos problemas que, muitas vezes, foram gerados e impulsionados pelas suas próprias descobertas [...] (SCHIOCCHET; LIEDKE, 2012, p. 124).

No mesmo sentido se posiciona Marques (2012, p. 53):

A solidariedade atua como uma forma de limite entre gerações utilizado pelo direito, por vezes por meio do próprio princípio da precaução, mas que apresenta uma problemática a ser discutida: o

controle se dá diante dos atos de sujeitos existentes, mas em nome de sujeitos não-nascidos, e que, portanto, não possuem representação legítima nem tampouco provocam o reconhecimento entre os sujeitos.

O princípio da precaução vem sendo cada vez mais utilizado no ordenamento jurídico brasileiro, e segundo Schiocchet e Liedke (2012, p. 117), as implicações jurídicas dessas normas reconhecem

[...] jurídica e expressamente um direito fundamental de ‘terceira dimensão’, que não se limita ao território nacional, mas atinge toda a humanidade presente e futura [...].

E concluem:

[...] ao se decidir sobre questões dessa natureza (ecológicas), há que se levar em conta o valor das mesmas para as gerações futuras — remotas e imediatas. O cuidado se torna imprescindível no sentido de não infligir perdas irreparáveis às gerações que vierem depois da nossa [...] (p. 122).

4 O papel da informação ambiental para uma consciência intergeracional

Na sociedade pós-industrial reconheceu-se a crescente importância da informação como elemento de visibilidade das ações do Estado no trato dos problemas ambientais que afligem as presentes gerações e poderão atingir as gerações futuras.

A proteção dos direitos futuros, na visão de Schiocchet e Liedke (2012, p. 115), visa garantir “a continuidade da vida em toda a sua diversidade”, mas um dos dilemas mais desafiadores é gerenciar a intervenção sobre o ambiente, levando-se em conta a ampla gama de situações caracterizadas, por exemplo, pela “ausência ou precariedade de informações”.

Logo, o direito de acesso à informação contribuiu decisivamente para formar a consciência cidadã em busca da sustentabilidade ambiental, e não se pode negar o avanço em algumas situações. É possível identificar, por exemplo, o Princípio da Informação em vários diplomas jurídicos nacionais e internacionais. O Princípio 17 da Declaração de Estocolmo de 1972 traz como diretriz o seguinte lema:

Confiar às instituições nacionais competentes a tarefa de planejar, administrar ou controlar a utilização dos recursos ambientais do Estado, com o fim de melhorar a qualidade do meio ambiente.

O Princípio 17 de Estocolmo impulsionou, em nível da realidade brasileira, a criação de vários mecanismos legais no que tange à proteção do meio ambiente e acesso à informação. Pode-se citar alguns instrumentos, como a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente e também a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama 1, de 23 de janeiro de 1986, ao versar no art. 11 que o Relatório de Impacto Ambiental – Rima será

[...] acessível ao público e suas cópias permanecerão à disposição dos interessados, nos Centro de Documentação ou Bibliotecas da SEMA e do órgão estadual de controle ambiental correspondente [...].

Entretanto, foi com a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 que o acesso à informação e a proteção ambiental alçaram posições de destaque, o primeiro ao figurar como garantia fundamental, conforme dispõe o art. 5º, XIV e XXXIII, e o segundo ao trazer um capítulo inteiro para a causa da defesa do meio ambiente, no Capítulo VI, art. 225.

Sobre o acesso à informação ambiental, destaque-se, ainda, a Declaração do Rio, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, onde alguns princípios esculpidos no texto guardam uma forte vinculação com o direito de acesso à informação ambiental:

Princípio 10: A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente [...].

Princípio 19: Os Estados fornecerão, oportunamente, aos Estados potencialmente afetados, notificação prévia e informações relevantes acerca de atividades [...].

Outro documento resultante da Rio 92 foi a Agenda 21, instrumento de planejamento participativo visando o Desenvolvimento Sustentável, cuja filosofia também reforça o princípio da informação e a sustentabilidade ambiental.

A Lei 10.650, de 16 de abril de 2003, introduziu o acesso à informação ambiental no Brasil ao versar sobre acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, sendo possível extrair do

seu art. 2º um conceito para “informação ambiental”, assim definido:

São documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e todas as informações ambientais em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas; IV - acidentes, situações de risco ou de emergência ambientais; V - emissões de efluentes líquidos e gasosos, e produção de resíduos sólidos; VI - substâncias tóxicas e perigosas; VII - diversidade biológica; VIII - organismos geneticamente modificados.

Para cancelar e consolidar o direito de acesso à informação previsto na Carta Magna de 1988 foi promulgada a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

O direito à informação abrange três dimensões, qual seja: o direito de informar; o direito de se informar e o direito de ser informado. A garantia de acesso à informação deve também ter como alicerce atributos morais e elementos éticos como: organização, utilidade, clareza, tempestividade, atualidade, objetividade, acessibilidade, qualidade, imparcialidade, completude e veracidade. Sobre o último atributo, diz-se que a informação verdadeira é condição indispensável para se conhecer a realidade da problemática ambiental da atualidade.

Para que a sociedade tenha garantido o acesso à informação de forma efetiva e verdadeira, o conjunto de informações sobre meio ambiente existente deve também atender a critérios técnicos de organicidade e facilidade na sua busca e uso, a partir de meios práticos de acessibilidade informacional e seus critérios.

O grande desafio da problemática ambiental é que a produção e a consequente sistematização da informação se revestem de caráter multi e interdisciplinar, sobre as quais recaem responsabilidades, atribuições e decisões amparadas por diversas disciplinas (CARIBÉ, 1992). Desse modo, Mueller (1992) enfatiza que a geração de informações sistemáticas sobre o meio ambiente requer um esforço multidisciplinar envolvendo elementos das Ciências Naturais, da Economia, da Demografia e da Sociologia,

sendo a superposição de temas dessas áreas a característica principal da transversalidade.

Atualmente está em curso a Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, agora chamada de Agenda 2030, como um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas e de seus países-membros rumo ao Desenvolvimento Sustentável, cujo documento propõe 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes. Um desses objetivos, o de referência 16.10, por exemplo, consiste em “assegurar o acesso público à informação”.

Particularmente em relação ao caso brasileiro, sabe-se que os objetivos e metas são necessários, mas um tanto quanto ambiciosos para um nível pessoal de informação ambiental muito baixo. Estudos apontam (BRASIL, 2006) que 14% consideram-se bem informados e apenas 3% consideram-se muito bem informados sobre o problema ambiental.

Schiocchet e Liedke (2012, p. 125) chamam atenção para a necessidade de ampliar o conhecimento da população acerca da causa ambiental

O direito à informação (previsto constitucionalmente, no artigo 5º, inciso XIV) passa a ter enorme relevância nos contextos relacionados ao desenvolvimento econômico e, sobretudo, tecnológico. Isso se deve ao fato de que, quanto mais alto o nível de informação da sociedade, maior será a sua participação e sua consequente corresponsabilização nesses processos. Podem-se citar, como exemplo, os projetos de engenharia genética, cuja democratização da informação é praticamente inexistente, permanecendo: i) as informações restritas aos ambientes científicos e de interesse exclusivamente econômicos e ii) a população alheia a esses projetos de desenvolvimento tecnológico.

Garantir e assegurar a efetiva proteção das gerações futuras requer acima de tudo informação sobre a verdadeira situação da problemática ambiental, pois sem informação, tanto sobre o que já ocorreu no passado em termos de degradação ambiental, sobre o que está ocorrendo hoje e o que pode ocorrer amanhã, é impossível fazer escolhas ou tomar posições coerentes acerca de determinadas decisões.

5 Conclusão

A proteção ambiental para as gerações humanas futuras pressupõe desde já o abandono da visão antropocêntrica que predominou e ainda

predomina em nossa sociedade. Assegurar uma vida ambientalmente equilibrada para o homem requer também garantir a sobrevivência dos demais seres vivos e por que não dizer daqueles seres inanimados que compõem os ecossistemas. Agora o homem não deve atuar mais como o centro da biosfera, como na visão antropocêntrica que vigorou durante muito tempo, mas tão somente como um dos seres integrantes e importantes dessa relação.

Muitas pessoas e animais não conseguiram sobreviver e até mesmo deixaram de nascer em certas regiões e em determinadas épocas devido a parcial ou total destruição de habitat causada por ações antrópicas. Isso, inclusive, são por vezes causas de grandes fluxos migratórios em busca de ambientes ou locais onde existe a possibilidade de viver.

As gerações futuras como sujeito de direitos não é uma discussão apenas teórica ou doutrinária, como defendem alguns operadores do Direito. Na verdade, os direitos fundamentais são produtos de conquistas históricas. No percurso da humanidade observa-se que muito se evoluiu em termos de incluir novos sujeitos como detentores de direitos.

Quando a fragilidade da Terra é subestimada e desprezada, as consequências são imensuráveis. Sobre isto, o racionamento de água em cidades brasileiras do Centro-Sul (São Paulo, Brasília etc.) é uma pequena mostra da falta de cuidado com a proteção ambiental do Cerrado e da Mata Atlântica, para dar um exemplo da atual realidade. Se a esses sujeitos, que não deixam de ser bens vitais a qualquer organismo, fossem atribuídos direitos, a sociedade não vivenciaria o que está ocorrendo hoje.

No momento que a sociedade se depara com a escassez de recursos decorrentes de impactos ambientais, na maioria das vezes o tempo acaba sendo o único senhor implacável. Mais cedo ou mais tarde a Natureza dará sinais e respostas a atitudes e a ações antrópicas irracionais.

Mais do que uma proteção baseada no formalismo jurídico, é necessário formar uma consciência ética ambiental como alternativa para garantir a perpetuação da vida num planeta sujeito a tantas agressões. A tutela da qualidade do meio ambiente com os seus múltiplos recursos, visa, em última instância, a garantia de vida como bem maior da existência e sobrevivência de todos os seres que compõem a grande teia.

Assegurar um direito aos seres que dependem da natureza, não importa que seja a flora, a fauna, os rios, o homem, os animais, confere um grau último de maturidade da civilização que já se encontra no século XXI.

Para a proteção da natureza, há necessidade de uma mudança sistêmica e profunda, com a quebra de paradigmas sociais, éticos e jurídicos, tendentes a construir um comportamento voltado para a preservação e para a sustentabilidade, e não mais um modelo baseado na exploração irracional dos recursos naturais.

Mas não há mudança de postura sem acesso à informação. E está se falando de informação ambiental verdadeira que comporta três componentes: o primeiro consiste no elemento técnico, que é a própria informação, revestida de organicidade e colocada com facilidade à disposição da sociedade; o segundo componente representa o elemento de ordem ética, que é a responsabilidade de qualquer indivíduo ou profissional, ao assumir o compromisso com a proteção ambiental; o terceiro e o último componente se traduz em elemento prático, situado no âmbito do comportamento e traduzido na atitude prática de cada ser humana no cuidado com o meio ambiente.

Referências

- BECK, Ulrich. A sociologia do risco. In: GOLDBLATT, David. *Teoria social e ambiente*. Tradução de Ana Maria André. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, 312 p., Cap. 5, pp. 227-269.
- BOSSELMANN, Klaus. Human rights and the environment: the search for common ground. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v. 6, n. 23, pp. 35-52, jul./set. 2001.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *O que os brasileiros pensam sobre a biodiversidade*: pesquisa nacional de opinião: março de 2006: (comparação dos dados dos estudos de 1992 - 1997 - 2001). Rio de Janeiro: ISER; Brasília: MMA, 2006, 61 p.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem. *Nosso futuro comum*: [relatório da] Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1988, 430 p.
- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento sustentável*: dimensões e desafios. Campinas: Papirus, 2003, 159 p.
- CARIBÉ, Rita de Cássia do Valle. Subsídios para um sistema de informação ambiental no Brasil. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 21, n. 1, pp. 40-45, jan./abr. 1992. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/462>>. Acesso em: 1 out. 2017.
- DIAS, Edna Cardozo. Os animais como sujeitos de direito. *Fórum de Direito Urbano e Ambiental* – FDU, Belo Horizonte, v. 5, n. 23, set./out. 2005.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FURTADO, Fernanda Andrade Mattar. Concepções éticas da proteção ambiental. *Direito Público*, n. 3, pp. 150-160, jan./mar. 2004.
- RODRÍGUEZ GARAVITO, César. Por un medio ambiente sano que promueva los derechos humanos en el Sur Global. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017, 360 p.
- GUDYNAS, Eduardo. La senda biocéntrica: valores intrínsecos, derechos de la naturaleza y justicia ecológica. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 13, pp. 45-71, jul./dez. 2010.
- HERCULANO, Selene. *Em busca da boa sociedade*. Niterói: Ed. UFF, 2006, 426 p.
- LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. A transdisciplinaridade do direito ambiental e sua equidade intergeracional. *Revista de Direito Ambiental*, v. 6, n. 22, pp. 62-80, abr./jun. 2001.
- MARQUES, Clarissa. Meio ambiente, solidariedade e futuras gerações. *Nomos*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, v. 32.2, jul./dez., 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/nomos/article/view/350/332>>. Acesso em: 24 nov. 2017.
- MCCORMICK, John. *Rumo ao paraíso*: a história do movimento ambientalista. Tradução de Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992, 224 p.
- MEADOWS, Dennis. The limits to growth: a global challenge; a report for the Club of Rome Project on the Predicament of Mankind. In: NELISSEN, Nico; VAN

DER STRASTEN, Jan; KLINKERS, Leon (Ed.). *Classics in environmental studies: an overview of classic texts in environmental studies*. Utrecht: International Books, 1997. pt. 3, Cap. 14, pp. 195-198.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 4, n. 1, pp. 131-142, 1993.

MOTA, Carlos Renato. As principais teorias e práticas de desenvolvimento. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 259 p., pp. 27-40.

MUELLER, Charles Curt. Situação atual da produção de informações sistemáticas sobre o meio ambiente. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 21, n. 1, pp. 14-22, jan./abr. 1992. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/459/459>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho. *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: Ibama, 2002. 368 p.

POLANY, Karl. *Mercado e natureza: a grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

PONTES JR., Felício; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. A Natureza como sujeito de direitos: proteção do Rio Xingu em face da construção da UHE de Belo Monte. In: GEDIEL, José Antônio Peres et al. (Org.). *Direitos em conflito: movimentos sociais, resistência e casos judicializados: artigos e ensaios*. Curitiba: Kairós Edições, 2015. 340 p.

RODRÍGUEZ GARAVITO, César. Por un medio ambiente sano que promueve los derechos humanos em el Sur Global. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017. 11 p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social: ou princípios do direito político*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2000. 128 p.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 95 p.

SCHIOCCHET, Taysa; LIEDKE, Mônica Souza. O direito e a proteção das gerações futuras na sociedade de risco global. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, pp. 109-131, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/viewFile/256/211>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

SILVA, Roberta da; DAL MEDICO, Lucimery. Os direitos humanos e as gerações futuras: em busca de uma nova consciência ética de responsabilidade frente à vida. *Congresso Estadual de Teologia*, 2., 2015, São Leopoldo. *Anais ...* São Leopoldo: EST, 2016. v. 2. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/591-2193-1-pb.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

SILVA-SANCHEZ, Solange S. *Cidadania ambiental. novos direitos no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010.

SERRES, Michel. *O contrato natural*. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Instituto Piaget, 1990. 195 p.

ZULAUF, Werner E. O meio ambiente e o futuro. *Estudos avançados*, v. 14, n. 39, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n39/v14a39a09.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.